

Prevalências da “guerra revolucionária” em contexto democrático: as disputas no plano cultural sob o governo Bolsonaro

*Prevalence of the “revolutionary war” in a democratic context:
The contentions at cultural level under Bolsonaro’s government*

*Prevalencias de la “guerra revolucionaria” en un contexto democrático:
Las disputas en el plano cultural en el gobierno de Bolsonaro*

Marcio Castilho

Professor associado do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e vice-coordenador do curso de Jornalismo na mesma instituição. Doutor em Comunicação e Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realiza atualmente estágio pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com pesquisa sobre a produção editorial durante o processo de abertura política no Brasil (1974-1985), com ênfase nas obras de não-ficção apuradas e redigidas por jornalistas brasileiros. Autor do livro "Sob o império do arbítrio: Prêmio Esso, imprensa e ditadura" (Alameda, 2019). Desenvolve pesquisas no campo da violência, espaço público e cidadania em sua interface com estudos de comunicação, incorporando também, como área de interesse, a discussão sobre mídia e produção discursiva contra-hegemônica.

RESUMO

Desde o início do processo de abertura política no final dos anos 1970, a direita autoritária disputa representações sobre o passado no sentido de associar as esquerdas a um plano de “tomada do poder” como parte de um movimento conspiratório do comunismo internacional. O artigo se propõe a examinar as permanências e as diferenças dos embates no plano cultural daquele momento histórico, quando o país ainda vivia sob um regime autoritário, em comparação com o tempo presente. Em diálogo com as contribuições trazidas por estudos de referência no campo da historiografia da ditadura, o estudo sustenta que a cultura, enquanto território de disputa, funciona como polo unificador do bolsonarismo na chave de um anticomunismo arraigado que se atualiza mesmo em contexto formalmente democrático.

PALAVRAS-CHAVE: *Censura; Cultura; Democracia; Ditadura; Política.*

ABSTRACT

Since the beginning of the process of political openness in the late 1970s, the authoritarian right disproves representations of the past with the aim of associating the left with a plan of “power takeover”, as part of a conjuring movement of the international communism. This article offers to examine the remainders and the differences of the contentions at the cultural level of that historical moment, when the country lived under an authoritarian regime, in comparison with the present time. Bringing in contributions from reference studies in the field of historiography of the dictatorship, this study sustains that culture, as a territory under dispute, acts as an unifying pole of bolsionarism within an ingrained anticommunism, which renovates itself even in a formally democratic context.

KEYWORDS: *Censorship; Culture; Democracy; Dictatorship; Politics.*

RESUMEN

Desde el inicio del proceso de apertura política en fines de la década de 1970, la derecha autoritaria disputa representaciones sobre el pasado tratando de asociar a la izquierda con un plan de “toma del poder” como parte de un movimiento conspirativo del comunismo internacional. Este artículo propone examinar las similitudes y diferencias de los enfrentamientos en el plano cultural de ese momento histórico de la década de 1970, cuando el país aún vivía bajo un régimen autoritario, en comparación con la actualidad. Discutiendo con las contribuciones que aportan los estudios de referencia en el campo de la historiografía de la dictadura, el estudio sostiene que la cultura, como territorio de disputa, funciona como polo unificador del bolsionarismo, dentro de un anticomunismo arraigado, que se actualiza mientras incluso en un contexto formalmente democrático.

PALABRA CLAVE: *Censura; Cultura; Democracia; Dictadura; Política*

Submetido em 12 de Junho de 2021

Aceito em 25 de Setembro de 2021

Introdução

A historiografia sobre a ditadura no Brasil registra as disputas internas travadas entre os militares e o processo marcado por ambivalências na relação do

Dossiê Guerras Culturais – <https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 –v. 24, n. 2, 2021

DOI: 10.29146/ecopos.v24i2.27724

Estado autoritário com a sociedade entre 1964 e 1985. Uma versão, contudo, passou a ser compartilhada, sem dissensos, por quem ocupava o núcleo do poder no período em que o país caminhava para a fase da redemocratização: vitoriosos na “guerra revolucionária” com as esquerdas, os militares foram derrotados nas “batalhas da memória” sobre o período. Essa ideia-núcleo está reproduzida em um conjunto expressivo de entrevistas reunidas por instituições de pesquisa da sociedade civil e das Forças Armadas, particularmente o Exército, que compõem uma memória militar sobre os diferentes acontecimentos relacionados àquele momento histórico.

Um dos trabalhos de referência nesse campo foi produzido no início dos anos 1990 pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), reunindo uma série de depoimentos de militares e a visão desses atores políticos sobre o golpe de 1964, a repressão, a abertura política e a formação da Nova República, como viria a ser chamada a fase do Estado brasileiro pós-ditatorial com a promulgação da Constituição de 1988. No segundo volume, dedicado à memória militar sobre a repressão, D’Araújo, Soares e Castro (1994, p. 18) observam que as entrevistas apontam, de modo convergente, o desconforto dos militares quanto à “avaliação de que, se venceram a guerra contra as organizações da esquerda revolucionária, foram derrotados na luta pela memória histórica do período”. O memorialismo do poder optaria por criticar, nesse sentido, a incompreensão da opinião pública sobre as justificativas para o uso da repressão política nos anos 1960/1970.

É importante observar que muitos militares se “queixam” justamente de não se ter apresentado uma versão das Forças Armadas sobre a repressão que fosse socialmente acatada como legítima. Se normalmente a história esquecida é a dos vencidos, na questão do combate à guerrilha haveria como que um movimento perceptivo inverso – a história ignorada seria a dos vencedores. Dessa forma, para alguns militares, teria predominado uma situação peculiar em que o vencido tornou-se o dono da história (D’Araújo, Soares e Castro, 1994, p. 18)

É controversa a assertiva segundo a qual os militares foram derrotados na luta pela memória histórica sobre o período ditatorial. As Forças Armadas mantiveram o controle sobre o processo de abertura política iniciado nos anos 1970. Enquanto dava demonstrações de abrir um canal de interlocução com a sociedade civil numa política de distensão “lenta, gradual e segura”, o regime permaneceu fazendo uso dos poderes conferidos por legislação autoritária e aparato policial-militar repressivo para cassar parlamentares, fechar o congresso, perseguir opositores e censurar publicações.

Pedretti (2021) parte do pressuposto que a Lei de Anistia, aprovada em agosto de 1979, impôs a impunidade e o esquecimento, sem “nenhuma política pública para lidar com as violências do passado”¹. A primeira medida mais efetiva só ocorreria dez anos depois da saída dos militares da cena política². A transformação das demandas por justiça e reparação em políticas públicas foi marcada por saltos históricos em diferentes governos no período da redemocratização. Ademais, as tentativas de esclarecer e buscar a responsabilização das violências políticas se deram de forma limitada, na visão de especialistas e atores sociais diretamente impactados por atos de exceção e arbítrio, com forte resistência dos meios militares, estes sempre bem avaliados pela sociedade brasileira em pesquisas de opinião após o fim da ditadura.

Além do trabalho do CPDOC/FGV de levar ao conhecimento do público a memória militar sobre a ditadura, o Projeto de História Oral do Exército também começou a reunir, a partir dos anos 2000, depoimentos de mais de 200 militares e outras dezenas de civis, dentre eles profissionais liberais, que resultaram na coleção *1964: 31 de março*, publicada pela Biblioteca do Exército (BIBLIEx). Na apresentação de cada um dos tomos, Jarbas Passarinho, signatário do Ato

¹ Cf. Pedretti. “A batalha da memória”. Quatro cinco um. São Paulo. 22 de abril de 2021. Disponível em: https://quatrocinco.um.folha.uol.com.br/br/artigos/laut/a-batalha-da-memoria?fbclid=IwAR2UpjUHCgionryw8PDeObqk_lvP0KmwLsZwHaWzHwZc0ZbpcGep99XTKR0 Acesso 06 maio de 2021.

² Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi aprovada em 1995 a Lei 9.140, que dispunha sobre a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

Institucional nº 5 e ministro da Educação no governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), reitera uma perspectiva cara aos militares desde o início da derrocada do projeto autoritário com o processo de abertura política no final dos anos 1970: as esquerdas no Brasil, após serem derrotadas pelo movimento militar de 1964, teriam fomentado a ideia do “revanchismo”. Nesta linha de raciocínio, tal representação – dominante no debate público, na produção cultural e nas universidades – também deveria ser combatida por narrativas, superada a fase mais ostensiva de ações repressivas de combate às ações armadas de grupos “subversivos”.

A luta contra o “revanchismo” está na base de um projeto secreto concebido pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE) no início dos anos 1980 para servir de resposta às denúncias de violações dos direitos humanos apresentadas por presos políticos e familiares das vítimas da ditadura. Denominado de Projeto Orvil, o documento de dois volumes, com 996 páginas, buscava criar uma narrativa de desqualificação do projeto *Brasil: Nunca Mais* (1985) sobre as prisões, torturas, mortes e desaparecimentos forçados de opositores do regime militar³. Partiu do general Leônidas Pires Gonçalves, ainda durante o governo de João Batista Figueiredo (1979-1985), a ideia de as Forças Armadas apresentarem a versão oficial sobre o combate aos “terroristas” de esquerda nos anos de maior repressão. O Orvil – ou “livro” ao contrário – servia, portanto, como um tipo de contrarrelatório ao *Brasil: Nunca mais*. O trabalho, concluído em 1987 sob o título *As quatro tentativas de tomada de poder*, não chegou a ser publicado na ocasião

³ A pesquisa *Brasil: Nunca Mais* (BNM) teve início em agosto de 1979 e levou cinco anos para ser concluída. Um grupo de pesquisadores obteve cópias de 707 processos na íntegra e dezenas de outros parciais que tramitaram na Justiça Militar entre abril de 1964 e março de 1979. No ano de lançamento do livro, publicado pela Editora Vozes, um relatório de aproximadamente cinco mil páginas, denominado “Projeto A”, também foi distribuído a universidades, centros de pesquisa e entidades de defesa dos direitos humanos no Brasil e no exterior.

(Cardoso, 2012), mas desde então algumas cópias, com fragmentos da obra, começaram a circular de forma reservada entre os militares⁴.

O trabalho opera na chave de uma permanente conspiração do comunismo internacional para a “tomada de poder” ao longo do século XX na tentativa de imposição de uma ditadura do proletariado no Brasil. Nas narrativas conspiratórias sustentadas pelo Orvil, as três primeiras tentativas foram frustradas militarmente devido à atuação do Exército brasileiro. Assim, a primeira tentativa está situada entre 1922 – com a fundação do PCB, na ocasião chamado oficialmente Partido Comunista do Brasil – e 1954 no contexto de crise política e institucional, com o suicídio do presidente Getúlio Vargas. O período foi marcado pela “Intentona Comunista” de 1935. O segundo momento de subversão da ordem ocorreu entre 1954 e 1964, com a radicalização das políticas defendidas por João Goulart, que tinham apoio de base sindical e popular, interrompido pela deposição do presidente pelos militares. Já a terceira tentativa foi caracterizada pela atuação dos “inimigos internos” em ações armadas de esquerda também derrotadas pelo regime: primeiro, em 1972, nas capitais; depois, em 1974, com o extermínio da última experiência de luta no campo, a Guerrilha do Araguaia.

Com a proposta de descompressão política do governo Ernesto Geisel (1974-1979), começa a quarta tentativa de “tomada de poder”, segundo o Orvil, o momento “mais perigoso” da investida comunista, desta vez infiltrada nas instituições, especialmente nas universidades e na cultura, “para a médio prazo tomar o poder” sem o uso de armas (Rocha, 2020)⁵. Antes de deixar o comando, Geisel começa a desmontar alguns instrumentos da estrutura autoritária que lhe permitiram manter o controle da liberalização política. Em outubro de 1978, envia

⁴ Em 2007, o jornalista Lucas Figueiredo teve acesso ao Orvil. A obra só foi publicada em 2013, coincidindo com o período de realização dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff.

⁵ Cf. Rocha. “O verbo dominante nos vídeos dos intelectuais bolsonaristas é eliminar. E o substantivo é limpeza”. *Jornal Opção*. São Paulo. 08 de março de 2020. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-verbo-dominante-nos-vidEOS-dos-intelectuais-bolsonaristas-e-eliminar-e-o-substantivo-e-limpeza-239580/> Acesso 01 junho de 2021.

proposta de emenda constitucional ao Congresso, prevendo, dentre as mudanças mais importantes, a revogação do Ato Institucional nº 5, extinto em 31/12/1978. Rocha observa que o início do processo de desmobilização dos aparelhos repressivos, naquela conjuntura, ajuda a explicar o caráter ressentido contido nos enunciados do Orvil.

Ao apresentar algumas das estratégias revisionistas presentes no trabalho desenvolvido pelo CIE sobre as “tentativas de tomada do poder”, como parte de uma conspiração do movimento comunista internacional no Brasil, não se busca cancelar a versão dos militares para os acontecimentos relativos ao período ditatorial. Não é o intuito aqui verificar a legitimidade desses discursos no real histórico, atravessados por uma dimensão ideológica, portanto, carregados de parcialidade. O resgate se faz necessário, antes, para entendê-los na perspectiva da memória (Cardoso, 2012), ou seja, das diferentes representações em disputa sobre o passado traumático após o processo de violências políticas perpetradas por um regime autoritário. Nesse sentido, partimos do pressuposto que a memória, ao elaborar respostas sobre o passado, atua sempre com finalidade no presente “com vistas à apropriação de uma única visão do processo vivido durante a atuação do regime militar” (2012, p. 232). Converte-se nesse sentido em recurso de poder por grupos que tentam estabelecer uma apropriação dominante sobre o passado rememorado, projetando “um futuro desejado” (Groppo, 2015).

A proposta deste artigo é pensar se vivemos no presente as consequências dessa disputa no plano cultural. Interessa pontuar que as narrativas moralizantes em torno de temas afeitos à sexualidade e a questões de gênero dominaram a campanha durante o pleito presidencial de 2018 num contexto de disseminação das *fake news* em redes sociais, sendo que a ameaça comunista aparecia como um dos elementos aglutinadores do discurso do então candidato Jair Bolsonaro junto ao eleitorado. Capitão reformado do Exército, Bolsonaro teve uma vida pública marcada por discursos em defesa da ditadura e da prática da tortura. Ao assumir o poder, recolocou o militarismo no centro da política nacional.

Objetivamos examinar aqui em que medida os princípios da guerra cultural têm sido convertidos em políticas públicas no contexto contemporâneo. Para isso, faz-se necessário traçar inicialmente o percurso histórico das diferentes operações de apropriação do passado autoritário, na perspectiva da cultura como território de disputa. A partir de uma compreensão mais refinada sobre os processos sociais no contexto 1964-1985, a investigação tentará contemplar as aproximações e os distanciamentos entre os dois momentos distintos do ponto de vista histórico-institucional, mas que guardam intimidade, em alguma medida, no plano das políticas culturais e das complexas relações do Estado com a sociedade civil.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa está apoiada em revisão bibliográfica, especialmente no campo da historiografia da ditadura, mas com interface interdisciplinar na análise sobre a relação entre política e cultura no governo Bolsonaro. O estudo sustenta que a cultura funciona como polo unificador do bolsonarismo. A comunicação, em particular as tecnologias digitais em rede, permanece cumprindo papel estratégico nesse processo. As redes exercem assim um *continuum* narrativo, na chave de um anticomunismo arraigado, dando prosseguimento às guerras travadas desde o processo de abertura política no final dos anos 1970, ainda sob o regime autoritário.

1. Anistia: primeiro ato de inflexão

O lento e controlado processo de distensão política, anunciado no início do governo Geisel, teve como marco o ano de 1979, quando foi sancionada a Lei 6.683, conhecida como a Lei da Anistia, já no mandato de João Figueiredo, o último presidente do ciclo militar. Como mencionado, o AI-5 havia sido extinto no início daquele ano. Com o fim da censura prévia à imprensa, temas sobre a repressão política, a tortura e a experiência da luta armada, com a formação de guerrilhas no enfrentamento ao regime, também passaram a ocupar mais espaço no debate público. A construção de uma ideia de “revanchismo”, contra a qual a direita

autoritária deveria levantar-se, fazendo uso também das narrativas, aparece como a contraface desse processo, porém em desvantagem nas disputas com as esquerdas sobre o significado da ditadura, “caindo em um estado de ressentimento (...) sem capacidade ou legitimidade para o debate” na sociedade (Napolitano, 2015, p. 103).

A possibilidade de retorno dos exilados e a recuperação dos direitos políticos das vítimas perseguidas pela ditadura foram resultado de intensa campanha promovida por entidades de direitos humanos no país e no exterior, que tinham nos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) um espaço de encontros e debates das forças de oposição ao regime. Como lembra Cardoso (2012, p. 150), a campanha “passou a ser desenvolvida também com os próprios presos políticos se mobilizando, em especial através das greves de fome, em que exigiam melhor tratamento carcerário”.

Importa destacar que, desde a tortura e morte de Vladimir Herzog, jornalista da TV Cultura, nas dependências no Departamento de Operações Internas (DOI) do II Exército em São Paulo, em outubro de 1975, os chamados “jornalões” já vinham desafiando a prática dominante de autocensura nas redações e veiculando de forma mais frequente matérias em defesa da democracia e da liberdade de expressão (Abreu, 2002; Kucinski, 1998)⁶. No caso da imprensa alternativa, notadamente o jornal *Em Tempo* e os semanários *Movimento* e *Opinião*, a situação dos presos e exilados políticos, os desaparecimentos forçados e a campanha da anistia eram temas recorrentes na cobertura.

Apesar da diversidade de iniciativas de resistência que marcaram o fim da década de 70, a entrada em cena de novos movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, como a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), e o fortalecimento dos mecanismos de pressão na sociedade civil que buscavam, em última instância,

⁶ Outro episódio semelhante ocorreu em janeiro de 1976: Manoel Fiel Filho, do Sindicato dos Metalúrgicos, que estava sob a responsabilidade do II Exército, foi encontrado morto nas mesmas circunstâncias de Herzog, provocando a destituição do general Ednardo D'ávila Melo do comando II Exército.

a redemocratização do país, o governo impôs limites ao processo de abertura. Vale lembrar que, na prática, a lei 6.683, de 28 de agosto de 1979, concedeu anistia aos torturadores, além de frustrar as demandas sociais por verdade e justiça. Sobre as disputas em torno da Campanha pela Anistia naquele contexto, a partir da reflexão de Reis Filho, observa Cardoso (2012, p. 151/152):

duas vertentes se destacaram nessa luta: a primeira ao defender a anistia ampla, geral e irrestrita reivindicava também uma apuração dos crimes da ditadura e a punição dos responsáveis pela execução da tortura como política de Estado, bem como o desmantelamento dos órgãos de segurança e informação. A segunda tendência apenas desejava uma anistia que reconciliasse a “família brasileira”, sem revanchismos e sem recordar traumas passados. O projeto vencedor todos nós já conhecemos: uma anistia recíproca, beneficiando torturados e torturadores, abrindo fissuras na sociedade ainda hoje não cicatrizadas.

O pacto de conciliação “por cima” não enfrentou, em mais este episódio, a função estrutural que a violência exerce na formação do Estado brasileiro desde a exploração colonial e o longo período de escravidão, os “dois traumas constitutivos”, conforme Ginzburg (2010, p. 136), do processo histórico do país. Segundo o autor, a história do Brasil não oficial contribui para explicar “a facilidade de instalação e permanência” de regimes autoritários também no período republicano ao longo do século XX.

Sem nunca ter adotado o totalitarismo em sentido estrito (com partido único e controle absoluto da sociedade pelo Estado), o Brasil nunca teve, por outro lado, uma experiência plena de democracia, pois ideologias autoritárias servem como referências de conduta social para grupos expressivos da elite até hoje (Ginzburg, 2010, p. 136).

De todo modo, são nos momentos de transição ou “pacificação” em sociedades que vivenciaram experiências traumáticas decorrentes, por exemplo, de contextos ditatoriais que se registram tentativas de elaboração sobre o passado a partir dos trabalhos de memória. Neste movimento, a “hegemonia” por dada interpretação do passado (Napolitano, 2015, p. 96) ou uma “resposta particular às

exigências do passado rememorado” no tempo presente (Cardoso, 2012, p. 18) será reivindicada por diferentes atores sociais e políticos que ocupavam lados opostos naquela conjuntura, seja na resistência, seja na adesão aos governos autoritários.

Esse primeiro momento de inflexão pode ser verificado a partir do processo de anistia no Brasil. Vale reforçar que a apropriação do passado, construída a partir de demandas do presente, tem sempre caráter seletivo e pressupõe operações de lembrança e esquecimento (Pollak, 1989). A memória resulta então de um processo de ordenamento e de organização que vai definir, num jogo de luz e sombra, o que deve ser valorizado e o que deve ser negligenciado sobre os eventos do passado. Pollak percebe neste enquadramento uma forte relação entre a memória e a identidade. Decorre dessa análise, conforme o autor, uma das funções essenciais da memória: “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis” (Pollak, 1989, p. 9).

Se a memória é disputada conflituosamente por diferentes grupos, posto que funciona como instrumento de poder, em torno de interpretações de um passado que se quer preservar, as “batalhas da memória” no recorte definido para esta análise vão opor, de um lado, os colaboradores do regime e, de outro, os opositores que faziam a resistência à ditadura tanto no campo institucional quanto nas ações armadas nas cidades ou na guerrilha rural. Em questão, conforme Cerqueira e Motta (2015, p. 157/158), “o controle das representações do passado em busca de garantir direitos e conhecimento social para si no presente, ao passo que tentam negar legitimidade a seus adversários”.

A produção editorial, com ênfase nas obras memorialísticas, ocupou papel central nestas disputas objetivando conformar uma memória política hegemônica sobre o período ditatorial na virada da década de 80. Dentre os livros de memória ou “literatura de testemunho”, elaborados por escritores que participaram da

militância de esquerda armada, destacam-se *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira (1979), e *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis (1980). Interessante notar que os autores, em retrospecto, produzem uma autocrítica sobre a atuação de ambos nas ações armadas como estratégia de combate ao regime – uma leitura que, para os críticos das obras memorialísticas sobre a luta armada, era conveniente ao acordo de conciliação pactuado entre os setores dominantes durante o processo de anistia.

Nos livros dedicados à memória militar sobre o regime, títulos como *Brasil: sempre*, do tenente do Exército Marco Pollo Giordani (1986), e *Rompendo o silêncio*, do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra (1987), seguem basicamente as narrativas revisionistas do Projeto Orvil em resposta ao *Brasil: Nunca Mais*, como vimos anteriormente. Nesse sentido, a atuação das Forças Armadas aparece como reação ou ação preventiva às tentativas conspiratórias de “tomada do poder” pelos comunistas, o que teria justificado, por exemplo, a deposição de Jango, em 1964, e a edição do AI-5, em 1968. Do mesmo modo, a repressão política fazia parte, na versão oficial, da “guerra revolucionária” em curso no Brasil.

Nas décadas subsequentes, livros escritos em primeira pessoa por atores que participaram diretamente da repressão política continuaram movimentando o mercado editorial, como *A verdade sufocada*, também de Brilhante Ustra (2006), ex-comandante do Departamento de Operações de Informações/ Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/Codi) de São Paulo, um dos principais órgãos que compunham a comunidade de informações do Estado autoritário. Ustra respondia na ocasião a uma ação declaratória, apresentada pela família de Maria Amélia de Almeida Teles, na área cível. Presa em dezembro de 1972 pela Operação Bandeirantes (Oban), foi submetida a sessões de tortura, realizadas pessoalmente, segundo o seu depoimento, pelo então major do Exército. Em 2008, o militar foi o primeiro agente da ditadura a ser declarado torturador.

Em 17 de abril de 2016, durante o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o então deputado federal Jair Bolsonaro evocou a luta contra o

comunismo e dedicou seu voto à “memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”. Dilma foi presa e torturada durante os anos de repressão política. Como lembra Pedretti (2021), a procura por *A verdade sufocada* nas livrarias foi imediata, e o livro passou a ocupar o topo no ranking dos mais vendidos. Bolsonaro receberia a chancela popular no pleito presidencial pouco mais de dois anos depois.

2. As demandas por verdade no contexto atual: o segundo ato

Os livros constituíram-se como instrumento estratégico nas disputas sobre o que representou a ditadura no tecido social e nas instituições, com impacto sobre o modelo de Estado que deveria ser forjado durante o processo de redemocratização do país. Para a direita autoritária, as produções editoriais que buscavam consolidar uma memória militar sobre o período se mantiveram às margens do debate público, sem legitimidade para impor a sua versão sobre os fatos ante o predomínio de uma memória de resistência elaborada por aqueles que haviam sido derrotados pelas armas em 1964. As diretrizes principais estavam limitadas a um projeto secreto do Exército, reproduzido pontualmente, a partir dos anos 1980, em publicações de autoria de militares “linha-dura” contrários ao processo de abertura política.

Importa considerar, porém, que os processos envolvendo os trabalhos de memória são sempre fluidos e cambiantes, variando os graus de prevalência acerca de uma dada interpretação sobre o passado de acordo com a correlação de forças num determinado momento histórico. O projeto Orvil enunciava em suas disputas no plano cultural que, desde meados dos anos 1970, estava em curso no país uma quarta tentativa de tomada do poder, “a mais perigosa”, representada por um insidioso processo de infiltração comunista nas instituições. Se tal representação não tinha lastro em bases factuais, acreditava-se superada numa visão determinista sobre o processo histórico ou mesmo era percebida como fantasiosa,

na conjuntura de um esforço de conciliação nacional na transição política, é válido reforçar que todas essas questões tendem a ser secundárias sob o ponto de vista dos trabalhos de memória.

Laborie (2009, p. 85) adverte para o fato de que as “memórias são plurais, a palavra e a ideia são multiformes”. Com função militante, elas baseiam-se em formas de apreensão do vivido por forças sociais em permanente disputa pela retenção do passado. As memórias estão sujeitas assim a manipulações, presentificando o passado, fazendo deste uma construção provisória passível de revisões. No trabalho de documentação de história oral do CPDOC/FGV, D’Araújo, Soares e Castro salientam que, na visão das Forças Armadas, “o comunismo renasceria a cada momento e de diferentes formas, e isso poderia ser um atestado a referendar a necessidade de eternização do ‘sistema’” (1994, p. 29).

Na análise do alto comando da hierarquia militar, as políticas públicas relacionadas ao direito à verdade sobre a ditadura, especialmente os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade⁷ durante o governo de Dilma Rousseff, atravessaram o limite do pacto de conciliação proposto na Lei de Anistia. Essa ideia está expressa em uma das mais recentes obras sobre o memorialismo militar, o livro *General Villas Bôas: conversa com o comandante* (Castro, 2021). Ao contrário do que ocorrera no processo controlado de anistia recíproca, inviabilizando punições ou julgamento público sobre perseguições, torturas e desaparecimentos políticos, a atuação da CNV representaria, para o comandante do Exército (2015-2019) Eduardo Villas Bôas, um novo ponto de inflexão na relação dos militares com a sociedade civil. Pedretti (2021) salienta esse aspecto: “Para ele, havia, no contexto de atuação da comissão, um inaceitável risco de ‘revisão da história’”. Cumpre ainda observar o discurso de desqualificação da Comissão da Verdade na

⁷ Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, instituída em 16 de maio de 2012 com o objetivo de apurar as violações dos direitos humanos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela medida provisória nº 632. Disponível em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso 09 jun 2021

chave do “revanchismo”, narrativa em permanente processo de atualização. Conclui Pedretti: “Se a CNV era o estágio final da tentativa de tomada do poder, seria preciso, então, trocar as armas”.

Outros pesquisadores reforçam a ideia de politização gradual do Exército desde o segundo mandato do governo Lula, intensificado com o início dos trabalhos da CNV no governo Dilma. Leirner (2021) avalia que o projeto presidencial de Jair Bolsonaro não pode ser dissociado do apoio efetivo de militares em posição de comando naquele contexto. Afirma o antropólogo que “o projeto Bolsonaro presidente foi uma construção de generais da ativa e reserva que se efetivou a partir de 2014 e teve o aval de todos que passaram pelo Alto Comando desde então”⁸.

Sem descartar a influência das Forças Armadas na construção de um projeto militarizado que se consubstancia no atual governo⁹, entendemos que a investigação exige, não obstante, um aprofundamento quanto à produção do consenso formado no seio da sociedade civil que dê conta de explicar o endosso de segmentos expressivos da população ao retorno dos militares ao centro do poder. Desvelar a complexidade desse quadro em seus múltiplos fatores esbarra, objetivamente, na limitação do espaço de um artigo acadêmico. No entanto, importa pontuar que partimos do princípio de que, na interface entre cultura e processos de hegemonia, não há apenas operações de manipulação, antes

⁸ “Projeto Bolsonaro presidente foi construção de generais”. DW. Rio de Janeiro. 18 de fevereiro de 2021. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/projeto-bolsonaro-presidente-foi-constru%C3%A7%C3%A3o-de-generais/a-56614896?fbclid=IwAR0uuiacyFrXwpmn0J6wL3nEMelGRvk5pIH4x6DU9ktvmqw39oo3iiT1n2U>. Acesso 11 abril de 2021

⁹ Um dos episódios mais emblemáticos na disputa eleitoral em 2018 para a Presidência da República ocorreu em 3 de abril daquele ano, às vésperas da votação do *habeas corpus* do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, na suprema corte. Na ocasião, o general Villas Bôas postou um tuíte direcionado à corte: “Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais”. Lula ficou preso por 580 dias e impedido de concorrer ao pleito. No livro *General Villas Bôas: conversa com o comandante*, o militar revela que o posicionamento foi redigido coletivamente por integrantes da alta cúpula do Exército.

consentimento. Nessa perspectiva, a eleição de Jair Bolsonaro manifesta o espírito de uma época, o momento culminante do processo de retomada de uma cultura política, com profundas raízes em nosso pensamento autoritário.

Em que pesem as diferentes circunstâncias históricas, o ambiente social formado às vésperas do golpe de 1964 e as manifestações antidemocráticas registradas mais recentemente em período formalmente democrático guardam aproximações se levarmos em conta que parcelas da população, desde o início da República, expressam demandas por exceção independentemente de regimes políticos, sejam eles autoritários ou não. Rollemberg e Quadrat (2011) complexificam o peso conferido pela historiografia da ditadura aos instrumentos repressivos, de um lado, e as resistências, de outro. Segundo as autoras, as dicotomias do tipo vítima x algoz, opressor x oprimido, estado x sociedade podem levar a “distorções consideráveis” (2011, p. 11). A mesma crítica pode ser aplicada a análises que reiteram a ideia de desconhecimento de boa parte da sociedade – em manifestações como “nós não sabíamos” – quanto à existência do aparato repressor. Entre o colaboracionismo e a resistência, citam as “ambivalências” na relação da sociedade civil com os regimes autoritários. Em todos os casos, “o consenso, frequentemente, se formou em padrões não democráticos, sem que essa ausência tenha sido percebida pela sociedade contemporânea como um problema” (idem, p. 17).

Se a resistência e a memória da resistência sempre identificaram as ditaduras à tirania, veremos como, não raramente, estas foram reivindicadas até mesmo como salvadoras da própria democracia, dos valores nacionais e sociais, como o único caminho, o fio condutor da transformação radical da sociedade. Em diferentes circunstâncias, a democracia é que foi rejeitada (ibidem).

Reivindicações de cunho autoritário, exigindo intervenção militar, o retorno do AI-5 e o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF), começaram a ser percebidas, de forma mais ostensiva, durante os atos pró-*impeachment* da presidenta Dilma Rousseff a partir de 2015. Irmanada contra o espectro do

comunismo, a extrema-direita no Brasil, revigorada com a eleição de Jair Bolsonaro, retomou nas ruas o discurso de ataque às instituições e de fechamento político em manifestações antidemocráticas incentivadas pelo próprio presidente desde o início do seu mandato.

3.A “guerra cultural” bolsonarista

Para ilustrar o espírito de uma época, a que nos referimos, no período de setembro de 2017, com cancelamento da exposição Queermuseu em Porto Alegre (RS), portanto antes da eleição de Bolsonaro, até abril de 2020, o Observatório da Censura à Arte registrou episódios de censura em 14 estados brasileiros e no Distrito Federal, totalizando 46 casos, dos quais 24 apenas no segundo semestre de 2019 em estabelecimentos públicos e privados¹⁰. Importa observar que os atos censórios partiram de diferentes níveis de poder – governos estaduais, prefeituras, poderes legislativos locais – e por segmentos da sociedade civil, principalmente instituições religiosas.

O levantamento revela que, mesmo em períodos democráticos, há tentativas de limitar produções artístico-culturais. Autor de “Prezada censura”: cartas ao regime militar”, pesquisa na qual examina as missivas encaminhadas aos censores entre 1968 e 1985 por segmentos conservadores da sociedade, Fico (2002, p. 253) sublinha as permanências da censura, ainda que sob outras roupagens, no Brasil pós-Constituição de 1988:

A lembrança da censura sempre permanece associada ao último período no qual ela existiu, sendo compreensível, portanto, que, na imprensa e entre os mais jovens, a menção ao assunto remeta imediatamente ao regime militar. Porém, como é sabido, a censura sempre esteve ativa no Brasil, e formas

¹⁰ A temática da exposição era voltada à questão da sexualidade, incluindo o universo LGBT. Estava em cartaz no Santander Cultural de Porto Alegre, mas sofreu reações após mobilização do Movimento Brasil Livre (MBL). Os mesmos protestos contra a mostra se repetiram em outras capitais brasileiras. Disponível em <https://censuranaarte.nonada.com.br/>. Acesso 19 fev 2021

diferenciadas dela persistem mesmo hoje, quando está formalmente abolida (Fico, 2002, p. 253).

A percepção da desordem moral e da "corrupção dos lares" como um plano do comunismo internacional, segundo o autor, era a justificativa apresentada pelos órgãos censórios para interditar as produções culturais durante a ditadura. Estabeleciam assim uma relação direta entre imoralidade e subversão política. Trechos de cartas analisadas por Fico indicam que essa percepção era compartilhada por grupos que demandavam por mais censura. Em uma delas: “o comunismo começa não é pela subversão política. Primeiro ele deteriora as forças morais para que, enfraquecidas estas, possa dar o seu golpe assassino” (idem, p. 261).

A última campanha para Presidência reativou tais narrativas moralizantes do passado, expressas não através das cartas, mas em tuítes, postagens do *Facebook* e aplicativos de mensagens nos celulares. Os princípios da “guerra total, global e permanente” (ibidem) foram retomados em 2018 sobretudo em temas relativos à sexualidade e questões de gênero. Num ambiente contaminado pela disseminação de *fake news* nas redes sociais, a ameaça comunista aparecia como um dos elementos aglutinadores do discurso do então candidato Jair Bolsonaro.

Com o novo governo instalado, a partir de 2019, as disputas no plano cultural recrudesceram, como previsto, e o avanço das lutas identitárias e das políticas de inclusão das minorias sofreu um revés. Um dos recursos centrais verificados no primeiro ano de governo foi estabelecer novos tipos de constrangimento, especialmente em relação à produção audiovisual. A reconfiguração dos processos censórios na contemporaneidade inclui, do aparelhamento estatal em conselhos culturais e na comunicação pública até a suspensão de editais ou restrição a projetos que lidem com a diversidade de gênero e sexualidade e com o combate ao racismo. A retirada de subsídios por meio das estatais ou de incentivos fiscais de empresas privadas que historicamente atuavam no fomento a projetos culturais também compõe essas novas

modalidades que, através de estratégias de asfixia financeira, acabam por cercear a liberdade de expressão no país.

Em agosto de 2019, o governo suspendeu o processo de concorrência previsto em edital, lançado no ano anterior, que previa financiamento para produções LGBT para as TVs públicas. O edital BRDE/FSA PRODAV contava com orçamento de R\$ 70 milhões, provenientes do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). O Governo também interveio na composição do Conselho Superior de Cinema (CSC), através do Decreto 9.919/2019. Ao modificar a composição do colegiado, conferiu maioria a representantes do governo no conselho, responsável pela elaboração de políticas públicas para a indústria cinematográfica nacional. Em novembro do mesmo ano, a ministra do STF Cármen Lúcia convocou uma audiência pública para analisar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), proposta pela Rede Sustentabilidade contra o Decreto. Na ocasião, o ator Caio Blat fez um veemente protesto: "O que acontece é que a censura voltou pior que 64 e 68. Ela era institucional e agora o que se está fazendo é limpeza ideológica, velada, tentando excluir os mais fracos, tentando excluir a diversidade"¹¹.

Esses são alguns exemplos de uma política continuada, na "pauta dos costumes", que cumpre uma agenda anunciada durante a campanha. Rocha (2020) entende o projeto do governo Bolsonaro numa perspectiva mais ampla, atingindo não apenas a cultura, mas instituições ligadas à Educação, Meio Ambiente, Relações Exteriores, Cidadania e Direitos Humanos, dentre outras. A base dessa política está na tarefa de identificar o inimigo interno e, apropriando-se do jargão militar, eliminar a ameaça. Nesse sentido, o que Rocha chama de "guerra cultural bolsonarista" tem forte inspiração na Doutrina de Segurança Nacional.

Embora seja possível traçar pontos de conexão com governos de extrema-direita em outros países, uma das particularidades no caso brasileiro, conforme o

¹¹ Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,constituicao-e-expressa-ao-vedar-censura-diz-carmen-lucia-em-audiencia-com-artistas-no-stf.70003076095>. Acesso 10 março 2021

autor, diz respeito exatamente à relação entre essa política e “uma concepção revisionista da ditadura militar. (...) Vem do ‘Orvil’ a fonte de concepção de mundo do bolsonarismo”. Cita como exemplo, no plano audiovisual, o conteúdo elaborado pela produtora Brasil Paralelo, que populariza as narrativas do projeto do Exército que, durante décadas, circulou de maneira sigilosa. “Não são termos europeus e norte-americanos. São termos profundamente brasileiros, arraigados na interpretação militar revisionista, revanchista, da ditadura militar em resposta ao ‘Brasil: Nunca Mais’”.

Contribui para corroborar essa especificidade brasileira o simbolismo da “Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964”, publicada neste ano pelo recém-empossado ministro da Defesa, general Walter Braga Netto. A nota menciona o apoio da sociedade civil ao “movimento de 31 de março de 1964”, atribuindo-lhe o papel de “pacificar o país (...) e garantir as liberdades democráticas que hoje desfrutamos”. O texto termina com um tom de exaltação: “O movimento de 1964 é parte da trajetória histórica do Brasil. Assim devem ser compreendidos e celebrados os acontecimentos daquele 31 de março”¹².

Considerações finais

As considerações expostas até aqui nos conduzem a refletir sobre as aproximações entre os dois momentos históricos. As demandas autoritárias por parte de segmentos da própria sociedade são exemplos dessas permanências. Assim, no plano cultural, valores caros ao regime militar, como a defesa da “moral e dos bons costumes”, são recuperados, tendo como pano de fundo um ruidoso discurso anticomunista, e convertidos em políticas públicas sob o governo Bolsonaro.

Não obstante, importa observar, por fim, as discontinuidades entre o período ditatorial e o Brasil do cenário atual. A principal diferença reside na forma

¹² Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ordem-do-dia-alusiva-ao-31-de-marco-de-1964-2021>. Acesso 09 junho 2021

como os militares se relacionavam com a classe artística de esquerda, especialmente nos anos 1970, e como parte desses produtores culturais buscava negociar sua atuação diante daquela realidade marcada por um mercado de bens simbólicos em expansão.

Ao analisar o papel de cineastas, diretores de teatro, roteiristas e nomes ligados à teledramaturgia engajados durante a ditadura, com enfoque nos dez anos de vigência do AI-5, Napolitano (2011) demonstra as complexas imbricações entre a burocracia oficial, os artistas críticos ao regime e os empresários liberais. Reconhece uma “associação tática” entre esses diferentes atores a despeito de “desconfianças recíprocas” num cenário de “mudanças estruturais na vida sociocultural”. Enquanto pragmaticamente os empresários dessa indústria eram beneficiados pela expansão do mercado – via subsídios e acesso ao capital, na esteira de um projeto estratégico do Estado autoritário de “integração nacional” por meio do consumo cultural – os artistas e os militares, conforme Napolitano (2011, p. 149/150), disputavam hegemonia com objetivos distintos.

Para a oposição, a esfera cultural era vista como espaço de rearticulação de forças sociais de oposição e reafirmação de valores democráticos. Para o governo militar, a cultura era, a um só tempo, parte do campo de batalha da “guerra psicológica da subversão” e parte da estratégia de “reversão das expectativas” da classe média, dado o esgotamento do ciclo de crescimento econômico que a beneficiava e garantia seu apoio à ditadura.

A defesa da “ocupação dos espaços” como estratégia de resistência ao regime militar não era consenso, tendo recebido críticas da contracultura de vanguarda e dos militantes não comunistas que faziam arte engajada. De todo modo, ressalta o autor, os artistas de esquerda que participaram do “acordo tático”, negociando sua atuação com o mecenato estatal, chegaram “em alguns

momentos a fornecer as diretrizes do mercado cultural ao longo dos anos 1970”¹³ (idem, p. 148).

No caso do Estado autoritário, o braço repressivo representado pela atuação da comunidade de informações e pela imposição da censura era, portanto, apenas umas das faces das políticas culturais defendidas pelo regime militar. A outra pode ser observada pelas “políticas proativas”, conforme define Napolitano, de caráter nacionalista e protecionista, preocupação convergente inclusive às aspirações da esquerda identificada com o projeto nacional-popular. “Assim, o Estado de direita e os intelectuais de esquerda puderam compartilhar certos valores simbólicos que convergiam para a defesa da nação, ainda que sob signos ideológicos trocados” (idem, p. 154).

Numa mirada comparativa, não é possível identificar esse nível de política proativa, no plano cultural, ao analisarmos a atual gestão do Executivo federal. Sem desconsiderar as políticas repressivas da ditadura, que se sobrepunham às negociações travadas entre os militares e a classe artística, não deixa de causar certa perplexidade o fato de que, enquanto havia brechas ou possibilidades de “ocupação dos espaços”, com formas de apoio estatal, durante o regime autoritário na década de 70, um governo eleito de forma democrática atue em estado permanente de mobilização contra artistas e intelectuais. Na guerra cultural bolsonarista, os que produzem arte engajada e conhecimento crítico são considerados inimigos internos, o “outro” a ser anulado. Neste movimento, velhos instrumentos da legislação autoritária são reativados para perseguir opositores do governo.

O discurso do ódio nada tem de aleatório e aparece como elemento central neste campo de batalha. Através da comunicação, em particular das tecnologias

¹³ A incorporação de produtores culturais de esquerda pode ser observada na teledramaturgia. A Rede Globo abriu espaço, por exemplo, para Oduvaldo Vianna Filho, Paulo Pontes e Dias Gomes, dentre outros. Órgãos oficiais que regulavam a vida cultural, como a Embrafilme e o Serviço Nacional de Teatro, também foram dirigidos por artistas e intelectuais. É o caso, respectivamente, de Roberto Farias e Orlando Miranda.

digitais em rede, mobiliza uma base social que, como salientado, não percebe o autoritarismo ou padrões de conduta antidemocráticos como questão. Daí a nossa percepção da cultura como polo unificador do bolsonarismo, para além de quaisquer divergências que eventualmente possam surgir no diálogo do governo com segmentos dominantes do capital ou com a parcela da sociedade não identificada com a direita autoritária.

Examinar o passado não é circunscrevê-lo numa época histórica específica, mas pensá-lo a partir das preocupações do presente. No caso brasileiro, o esquecimento imposto pelo processo de anistia contribui para que os acontecimentos do passado ditatorial estejam manifestos na realidade contemporânea do país. Como propõe a recente historiografia sobre o regime militar, a sociedade deve enfrentar o processo doloroso de refletir sobre si mesma em face do autoritarismo. Até porque, como afirma Groppo (2015, p. 40), “o passado não pode ser enterrado”.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1985.

CARDOSO, Lucileide Costa. *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)*. Cruz das Almas (BA): UFRB, 2012.

CASTRO, Celso. *General Villas Bôas: conversa com o comandante*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.

CERQUEIRA, Adriano S. Lopes da Gama; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Memória e esquecimento: o regime militar segundo pesquisas de opinião”. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Orgs). *História e memória das ditaduras do século XX*, v. 1. Rio de Janeiro: Editora FGC, 2015, pp. 157-182.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; e CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a ditadura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FICO, Carlos. “‘Prezada censura’: cartas ao regime militar”. *Topoi – Revista de História*, Rio de Janeiro: UFRJ, nº 5, set. 2002, pp. 251-286.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GINZBURG, Jaime. “Escritas da tortura”. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 133-149.

GROPPO, Bruno. “O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina”. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX*, v. 1. Rio de Janeiro: Editora FGC, 2015, pp. 39-56.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

LABORIE, Pierre. “Memória e opinião”. In: AZEVEDO, Cecília [et al.]. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, pp. 79-97.

MOTTA, Aricildes de Moraes. *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. “Os historiadores na ‘batalha da memória’: resistência e transição democrática no Brasil”. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX*, v. 1. Rio de Janeiro: Editora FGC, 2015, pp. 93-106.

_____. “Vencer satã só com orações: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970”. In ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PEDRETTI, Lucas. “A batalha da memória”. Quatro cinco um. São Paulo. 22 de abril de 2021. Disponível em: https://quatrocincoum.folha.uol.com.br/br/artigos/laut/a-batalha-da-memoria?fbclid=IwAR2UpjUHCgionryw8PDeObqk_lvP0KmwLsZwHaWzHwZc0ZbpcGep99XTKR0

POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento, silêncio”. In *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “Este imprevisível passado”. *Teoria e Debate*. São Paulo, 01/07/1996. Disponível em <https://teoriaedebate.org.br/1996/07/01/este-imprevisivel-passado/>

ROCHA, João Cezar de Castro. “O verbo dominante nos vídeos dos intelectuais bolsonaristas é eliminar. E o substantivo é limpeza”. *Jornal Opção*. São Paulo. 08 de março

de 2020. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-verbo-dominante-nos-videos-dos-intelectuais-bolsonaristas-e-eliminar-e-o-substantivo-e-limpeza-239580/>

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SILVA, Mario Augusto Medeiros da. *Os escritores da guerrilha urbana. Literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984)*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2008.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. São Paulo: Global, 1980.

SOARES, João Pedro. “Projeto Bolsonaro presidente foi construção de generais”. DW. Rio de Janeiro. 18 de fevereiro de 2021. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/projeto-bolsonaro-presidente-foi-constru%C3%A7%C3%A3o-de-generais/a-56614896?fbclid=IwAR0uuiacyFrXwpmn0J6wL3nEMelGRvk5pIH4x6DU9ktvmqw39oo3iT1n2U>